



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Relações Internacionais

ANA LUÍSA DA SILVEIRA SANTANA RIBEIRO

**A PERSPECTIVA REALISTA DO DILEMA DE SEGURANÇA APLICADA AO
CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA (2022)**

BRASÍLIA
2024

ANA LUÍSA DA SILVEIRA SANTANA RIBEIRO

**A PERSPECTIVA REALISTA DO DILEMA DE SEGURANÇA APLICADA AO
CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA (2022)**

Trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (CEUB).

Orientador: Professor Oscar Medeiros Filho

BRASÍLIA

2024

ANA LUÍSA DA SILVEIRA SANTANA RIBEIRO

**A PERSPECTIVA REALISTA DO DILEMA DE SEGURANÇA APLICADA AO
CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA (2022)**

Trabalho de conclusão do curso de Relações
Internacionais pela Faculdade de Ciências
Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (CEUB).

Orientador: Professor Oscar Medeiros Filho

BRASÍLIA, 17 DE MAIO DE 2024

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

A PERSPECTIVA REALISTA DO DILEMA DE SEGURANÇA APLICADA AO CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA (2022)

ANA LUÍSA DA SILVEIRA SANTANA RIBEIRO

RESUMO

O presente artigo visa compreender os elementos que constituem o debate do conflito Rússia-Ucrânia (2022), a partir do conceito do dilema de segurança. Para além da observância básica do fenômeno, a teoria realista abrange princípios que, por sua vez, colaboram para uma ampla interpretação das ações dos Estados. Dessa forma, a teoria pretende apresentar modestas contribuições para o desenvolvimento do conhecimento de uma aplicação conceitual a uma determinada conjuntura, dentro dos estudos de Relações Internacionais. Portanto, o trabalho está estruturado sob o método qualitativo, sugerindo os procedimentos de pesquisa necessários para abarcar as descrições e análises do objeto de estudo. A hipótese concerne a discutir a validade da abordagem realista, especialmente do seu conceito de “dilema de segurança” como explicação para os atuais conflitos, apesar de ser uma das teorias mais antigas no campo. Para tanto, o artigo dividir-se-á em três seções: a primeira apresenta a teoria realista das relações internacionais e seus conceitos; a segunda seção demonstra os elementos do dilema de segurança a partir do embate; a terceira, por fim, questiona o conceito aplicado ao conflito Rússia-Ucrânia.

Palavras-chave: Dilema de segurança, realismo, Rússia, Ucrânia, Relações Internacionais

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o sistema internacional foi marcado por uma série de conflitos entre diferentes potências. No dia 24 de fevereiro de 2022, tropas russas invadem a Ucrânia, com a afirmativa de estarem efetuando uma “operação militar especial” que, posteriormente, viria a gerar um intenso cenário de guerra. O episódio, contudo, não pode ser caracterizado como uma simples decisão de ocupação territorial instantânea, mas, primordialmente, conta com uma carga histórica intensa, marcada por incertezas e ações baseadas na garantia da própria segurança estatal. Destaca-se, então, o dilema de segurança que, com sua natureza de

incertezas entre os Estados, colabora para uma maior compreensão do conflito. O termo fora selecionado a fim de que a conjuntura pudesse ser assimilada de uma maneira clara e objetiva. Antes da realidade tornar-se ativa por meio das ações previstas, a teoria conceitua-na em suas individualidades. É necessário, portanto, aplicar o dilema de segurança para entender o contexto internacional do embate entre Rússia e Ucrânia.

Com relação à estrutura, este presente artigo conta com disposições metodológicas e bibliográficas. Em primeira instância, a metodologia qualitativa há de ser o foco principal do trabalho, para observar e descrever as interpretações próprias do fenômeno. Serão utilizados contextos históricos como base para a aplicação do dilema de segurança, além da sua execução como parte conceitual para alcançar atuais conflitos no sistema internacional. Como a pesquisa possui a sua natureza fundamentalmente teórica, parte das leituras escolhidas visam o esclarecimento das teorias clássicas de Relações Internacionais, como é o caso do realismo, principal concepção a ser utilizada. Ainda, autores imprescindíveis para o debate do dilema de segurança são apresentados, como Wheeler e Booth (1992) e John Herz (1950) que, por sua vez, hão de exemplificar a grandiosidade do conceito.

Por fim, o presente artigo está constituído por um percurso inerente à temática abordada. Em primeiro lugar, na primeira seção, tratar-se-á da teoria realista em sua natureza constitutiva do primeiro debate de Relações Internacionais, além de seus princípios básicos – selecionados e direcionados para a questão apresentada – e do próprio conceito do dilema de segurança, trazido pelos autores previamente mencionados. Por conseguinte, na segunda seção, são trazidos elementos do dilema de segurança nos diversos contextos empíricos que abarcam o embate entre Rússia e Ucrânia. Desde o pós-Guerra Fria até a invasão ocorrida em 24 de fevereiro de 2022, o conceito mostra-se crescente em diversas etapas que ocorreram ao longo dos anos, colaborando para que a colisão fosse cada vez mais intensificada. Em última análise, na terceira parte, levantar-se-á a discussão acerca da aplicabilidade do conceito do dilema de segurança não somente na disputa em específico, mas também nos diversos antagonismos presentes no sistema internacional. Qual seria, portanto, a relevância que a abordagem realista teria para explicar conflitos atuais? Enquanto autores liberais defendem a contradição ao realismo, teóricos da vertente oposta demonstram que, cada vez mais, torna-se necessário compreender um fenômeno por meio de suas caracterizações mais explícitas.

1 SOBRE A TEORIA REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 Realismo: uma teoria do primeiro debate

Em meio ao desenvolvimento e à mudança da condição do Estado soberano, nascem as discussões teóricas entre acadêmicos para tratar das diferentes formas de enxergar o grande e complexo sistema internacional. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), portadora de uma das maiores tragédias globais, foi vista como um grande impulsionador para a criação de um mecanismo acadêmico dentro do campo que pudesse atuar como um meio para evitar futuros acontecimentos de natureza similar. Questionamentos passaram a ser feitos e, dentre eles, um primordial: “por que a guerra começou?”.

Com isso, surge o primeiro debate das relações internacionais: o liberalismo utópico, de um lado, propagava a ideia de uma autodeterminação dos povos e, conseqüentemente, da criação de uma instituição geral que pudesse garantir a “independência política e a integridade territorial de grandes e pequenas nações de forma igualitária” (Vasquez, 1996, p. 6); o realismo, por outro lado, argumenta que o conflito é uma realidade perene, onde o interesse nacional prevalece sobre todo o tipo de interação entre os países, com grande destaque para o dinamismo do Estado como o principal ator nas relações internacionais.

Como resposta à primeira, a teoria realista abre um leque de outras perspectivas do sistema. Morgenthau (1955) afirma que, considerando que o sistema é formado por interesses contraditórios entre as nações, não é exequível que os princípios morais sejam alcançados em sua integralidade, em vista de estes só serem realizados pela recorrência ao recurso temporário no que tange à harmonia de interesses. Carr (1981) também faz sua crítica à análise liberal, reiterando que a perspectiva da harmonia de interesses é uma visão ingênua e inadequada para analisar as relações internacionais. Ora, se o sistema internacional é marcado por conflitos e rivalidades, como os Estados alcançariam a eficiente alocação de recursos para um bem comum e, conseqüentemente, uma prosperidade internacional pela interdependência? Waltz (2010), por sua vez, estabelece a realidade de um sistema voltado para a anarquia. “Entre os Estados, o estado de natureza é um estado de guerra” (Waltz, 2010, p. 102)¹.

Tais análises compõem uma parte da imensidão teórica que derivam da teoria realista. Dar-se-á, no próximo item, a devida atenção aos principais conceitos do realismo, para maior compreensão da temática abordada.

¹ *Among states, the state of nature is a state of war.*

1.2 Princípios básicos da teoria realista

A teoria realista conta com conceitos importantes que são utilizados para enxergar o sistema internacional e os fenômenos que envolvem-no. Dentro das relações internacionais, a perspectiva aborda o conceito de Estado-nação como seu principal objeto de estudo. “O que é válido com respeito à natureza geral das relações internacionais também é verdadeiro para o Estado-nação, na qualidade de ponto de referência final da política externa contemporânea.” (Morgenthau, 1955, p. 19). Tal afirmação ocorre pela convicção de que o Estado é, segundo Weber (1999), o grande portador do monopólio legítimo do uso da força. Walt (1997), por sua vez, afirma que o Estado possui duas principais funções no sistema: garantir a paz doméstica – isto é, dentro de suas próprias fronteiras – e manter a segurança de sua população com relação às possíveis ameaças externas que possam ocorrer. Essa dupla realidade faz com que, na prática, o Estado possa exercer a sua soberania interna de impor diretrizes e, assim, esforçar-se na defesa de seu interesse nacional.

Outro conceito importante para analisar a teoria realista é a anarquia. Cotidianamente, a instauração do caos em uma sociedade se mostra como a definição padrão do que seria a anarquia. Contudo, dentro do campo de Relações Internacionais – e especificamente no contexto do realismo –, a anarquia se revela como a ausência de uma autoridade regente no sistema internacional que detenha o monopólio legítimo do uso da força. Acaso haveria algum ator maior do que o Estado? Para isso, é necessário olhar para fora do plano doméstico e fazer uma comparação com o sistema internacional. Hobbes, quando descreve o estado de natureza, comunica a existência de diversos atores que são, em primeira instância, responsáveis por sua própria sobrevivência (Hobbes, 1946). Qual seria, então, a justificativa realista para o argumento da anarquia? Ora, uma perfeita dualidade como resposta: “os realistas vêem o estado de natureza como uma realidade permanente que vai permear as relações internacionais para sempre” (Nogueira; Messari, 2005, p. 26). É esta, assim sendo, uma realidade inerente ao sistema internacional.

Por conseguinte, ao tratar da ausência de uma autoridade soberana no sistema internacional, pensa-se nas ações dos Estados e, mais especificamente, no objetivo central de cada ator: a sobrevivência. Tal premissa é sustentada por duas dimensões, a saber: a) a paz doméstica, isto é, a capacidade de sustentar a população própria; b) a segurança no plano internacional, livre de ameaças externas. Maquiavel (1532) conta com uma relevante colaboração para a análise da sobrevivência no sistema internacional. Analisando por uma perspectiva realista, o objeto central do príncipe é mostrado a partir de seu pressuposto inicial,

isto é, a sobrevivência. Para garantir o bem-estar, a prosperidade e a liberdade, é necessário que estes estejam, antes de tudo, em conformidade com tal circunstância. A sobrevivência é, portanto, a base para as demais aplicações do governante e, ao mesmo tempo, o fim último de seus atos. É assim, segundo a perspectiva realista, que os Estados agem no complexo sistema internacional.

Observando o cenário do comportamento entre os Estados nas relações internacionais, analisa-se a questão do poder como um elemento central a ser pensado no que tange ao diagnóstico realista. O poder pode ser definido de diversas maneiras e em diferentes dimensões. Com exceção da ideia do conjunto de faculdades do Estado nos aspectos políticos, econômicos e militares, a concepção relativa de comparação a outros países permeia entre alguns teóricos. Os ganhos relativos – ou seja, a forma como os Estados computam seu poder próprio em comparação a outros – contribuem para que o anseio pela acumulação de poder seja ainda maior. “Os ganhos relativos podem ser mais importantes do que os absolutos, porque o ganho de um medido em relação ao de outros afeta a capacidade de mudar para si mesmo” (Waltz, 2010, p. 134)².

Para além da perspectiva do poder como um intermédio para a sobrevivência e para a segurança – e, muitas vezes, levado pelo medo –, Morgenthau (1955) define-o como sendo um mecanismo de manutenção do *status quo*. Sem embargo, uma das principais ramificações exploradas para tratar de política internacional é a chamada balança de poder. Esta, no que diz respeito à sua interpretação, consiste em direções – podendo estas ser classificadas como alianças – que os Estados tomam para equilibrar o poder no sistema internacional, a fim de conservar seu interesse nacional. Não é, necessariamente, a distribuição de poder entre os múltiplos países que há de formar a balança de poder. É, de acordo com Morgenthau (1955), a consequência de uma política admitida por governantes que possuem a sua tomada de decisão influenciada pela perspectiva externa, fazendo com que o sistema internacional mantenha a sua estabilidade.

Ao tratar de acúmulo de poder, os Estados aplicam o que os estudos de Relações Internacionais conceituam como *self-help* – isto é, auto-ajuda –, que se apresenta como uma consequência da desconfiança entre os países no sistema internacional. A partir disso, surgem as alianças onde, com efeito, ocorrem para a formulação de uma rede de segurança que venha a proteger a sobrevivência de seu próprio país. Não são elas menos presentes na perspectiva realista, mas essenciais para a união de forças militares que possam garantir a permanência de

² *Relative gains may be more important than absolute ones because one's gain measured against that of others affects the ability to shift for oneself.*

uma ou mais nações. Assim, tal como na perspectiva hobbesiana do estado de natureza, o sistema anárquico se mostra repleto de incertezas nas relações entre os Estados. Dentro de uma aliança, os países experimentam a cooperação não em sua integridade, mas limitada. Acaso uma nação poderia confiar cegamente em outra, a ponto de jamais subestimar suas negociações? “Além de cada Estado ser responsável por sua própria segurança, nada garante que os Estados aliados não se tornem, em algum momento posterior, uma ameaça para a soberania nacional do Estado em questão” (Nogueira; Messari, 2005, p. 31). Esta é, em essência, a concepção da auto-ajuda: Estado algum pode confiar em outro a ponto de defender seus próprios interesses e, conseqüentemente, garantir a sua sobrevivência. Há de se ter uma salvaguarda própria em conservar-se existencialmente no sistema internacional.

Tratando da causa de todas as ações do Estado, que são tomadas por indivíduos, o realismo defende a ideia de que a natureza humana é má, egoísta. A competição pelo poder somente se dá pelo sistema internacional porque, em primeira instância, aconteceu entre as pessoas. Afirma Morgenthau no primeiro de seus seis pontos que caracterizam a teoria realista:

O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiar-las terão de incorrer no risco de fracasso (Morgenthau, 1955, p. 4).

Para além desta, as demais premissas consideradas por Morgenthau (1955) trazem consigo as noções básicas da teoria realista que, inevitavelmente, firma suas raízes no realismo clássico. Outrossim, com exceção das leis objetivas que compõem a política, são expressos os demais pontos, a saber: a) o conceito de interesse definido em termos de poder; b) a universalidade da categoria objetiva que constitui o poder; c) o realismo político como um instrumento consciente da significação moral da ação política; d) a negação da relação entre as aspirações morais de uma nação com as leis morais do universo; e) a singularidade da teoria realista, em comparação com as demais presentes. Assim, traz o autor que, ao abordar os seis pontos, demonstra a tamanha relevância que o realismo possui para abordar e explicar os fenômenos que ocorrem no sistema internacional.

1.3 O conceito do dilema de segurança

Nota-se, até então, que a teoria realista comporta uma considerável quantidade de termos que são utilizados para explicar os diferentes acontecimentos no sistema internacional. Juntamente com os conceitos básicos que compõem a corrente de pensamento, analisa-se o dilema de segurança como uma das principais e mais importantes abstrações da lente realista. A seguir, far-se-á uma pequena análise teórica do conceito de dilema de segurança sob o viés realista.

O termo “dilema de segurança” foi interpretado, preliminarmente, por John Herz (1950). O autor afirma que, antes do próprio confronto entre países, surgiu antes o dilema interior do homem – sendo este partícipe, de acordo com os níveis de análise trazidos por Waltz (2004), das relações internacionais –. O indivíduo, notando-se ameaçado pelos perigos contra a sua própria vida, busca uma posição de segurança. Ao procurar por agentes que protejam-no, porém, percebe que não seria capaz de aniquilar todos aqueles que ameaçam a sua existência, ainda que o quisesse. Não obstante, ainda que a sobrevivência o leve a buscar por salvaguardas, o homem comporta sentimentos “ínatos” que são, em seu fundamento, opostos ao instinto básico e natural.

A análise feita por Herz (1951) não limita a condição somente aos indivíduos, mas, também, a grupos dentro de uma sociedade e ao próprio Estado, grande objeto causal do dilema de segurança. São estes grupos e suas devidas preocupações de possíveis ameaças que, ao notarem que jamais poderão sentir-se integralmente seguros em um sistema levado pelo conflito, outorgam em serem levados ao acúmulo de poder. Surge, então, a formulação do conceito aplicado em Relações Internacionais: as providências que um Estado toma para garantir a sua segurança nacional – e, conseqüentemente, a sua sobrevivência – colaboram para que a insegurança entre outros países aumente.

Em sequência, utilizando-se do poderio militar (característico da análise realista), observa-se o dilema de segurança em sua prática. A ação de quando um determinado Estado (A) opta pela acumulação de poder para garantir a segurança nacional é vista, ainda que não intencional, como uma ameaça para outro Estado (B), levando este – e, também, outros – a estimular o reforço de seu respectivo poderio militar. Entra, nesta linha de raciocínio, a sensibilidade ao dilema de segurança pode ser compreendida a partir do conceito trazido por Wheeler e Booth (1992):

A sensibilidade ao dilema da segurança é a intenção e a capacidade de um ator de perceber os motivos subjacentes às intenções militares dos outros e

de mostrar capacidade de resposta à complexidade potencial dessas intenções. Em particular, refere-se à capacidade de compreender o papel que o medo pode desempenhar nas suas atitudes e comportamentos, incluindo, de forma crucial, o papel que as suas próprias ações podem desempenhar ao provocar esse medo.³

Por esse motivo, tal como os conceitos pertencentes à teoria realista conversam entre si, o dilema de segurança relaciona-se diretamente com a ideia de ceticismo, que caracteriza a desconfiança de um país em relação aos demais. Este, por conseguinte, acaba se tornando um obstáculo para a própria segurança, uma vez que as interações dos Estados vão acontecer por meio de incertezas que foram, causalmente, marcadas pela perplexidade do dilema de segurança. Acaso tal representação teórica não causaria uma ameaça maior do que até então tem sido demonstrada? Poderia ela ser, em alguma circunstância, mais prejudicial e desestabilizadora do que precavida? Haveria consigo mecanismos que diminuíssem a desconfiança irrestrita entre os países antagônicos do sistema internacional?

Tratando de uma perspectiva histórica da conceituação, Herz entende que o dilema de segurança tinha uma espécie de “inevitabilidade fatalista” (Booth; Wheeler, 1992)⁴, isto é, que era visto como uma consequência imprescindível da vida. Por sua vez, em oposição a Morgenthau, Herz acreditava que a luta pelo poder guardava, consigo, uma busca humana por proteção em um cenário onde não existia a certeza das boas intenções de outros atores. Não seria, portanto, a natureza boa ou má do homem que influencia suas decisões e atitudes, como uma condição antropológica, mas social (Booth; Wheeler, 1992).

Em síntese, o conceito do dilema de segurança pode ser classificado como um dos mais importantes dentro da imensidão que categoriza a teoria realista, abrindo portas para uma análise mais profunda e sólida do fenômeno a ser tratado na seção seguinte: o desenrolar do conflito Rússia-Ucrânia, ocorrido em 2022. A seguir, aplicar-se-á observações onde tal conceito pode ser aplicado para explicar com mais clareza os episódios mais marcantes da linhagem histórica que permeia a região. Em primeiro lugar, analisar-se-á o contexto do pós-Guerra Fria e suas implicações para as posteriores hostilidades. Em seguida, a questão da anexação da Criméia será colocada em pauta, a fim de esclarecer a circunstância prévia que levou ao último cenário a ser destacado: a invasão à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022.

³ *Security dilemma sensibility is an actor's intention and capacity to perceive the motives behind, and to show responsiveness towards, the potential complexity of the military intentions of others. In particular, it refers to the ability to understand the role that fear might play in their attitudes and behaviour; including, crucially, the role that one's own actions may play in provoking that fear.*

⁴ *Fatalistic inevitability.*

2 ELEMENTOS DO DILEMA DE SEGURANÇA A PARTIR DA GUERRA NA UCRÂNIA

2.1 Antecedentes: o pós-Guerra Fria

O ano de 1991 foi marcado por um período comumente conhecido, dentro dos estudos históricos, como a desagregação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As apropriações por parte da atual Rússia em territórios que compunham a URSS colaboraram para que ocorressem múltiplas disputas em tais regiões, classificadas como “zonas de conflito congelado”. Mearsheimer (2023), ao tratar sobre a problemática cronológica que permeia entre os dois países associados ao conflito, alega que tais zonas são criadas na medida em que são buscadas soluções efetivas para uma determinada situação de desarmonização. Nesta linha de raciocínio, a partir da procura de possíveis resoluções pacíficas, conjectura o autor que o desenlace mais positivo seria um provável cessar-fogo que, conseqüentemente, congelaria o conflito de uma forma que não pudesse garantir a estabilidade imaginável.

Certamente, a premissa de que as zonas de conflito congelado passam por uma ausência de estabilidade colabora para que posteriores confrontos ocorram em tais localidades. Sendo parte da fronteira da Ucrânia um componente da classificação, a região abrange acentuadas particularidades culturais e históricas com a Rússia, o que converte-se em uma maior dificuldade para o êxito ucraniano em escapar do domínio da então potência soviética. A independência formal no ano de 1991, em meio ao decurso do colapso da URSS, manifestou a sua importância como um Estado legítimo, por meio do Ato de Declaração da Independência da Ucrânia que, posteriormente, renunciou ao seu antigo nome oficial: República Socialista Soviética da Ucrânia. Adiante, países como os Estados Unidos despertaram as ações de reconhecimento do território ucraniano, incluindo até uma parabenização por sua expressão de democracia.

No ano de 1994, a Ucrânia apresenta o que tal pesquisa considera ser o seu primeiro rastro histórico do dilema de segurança: uma determinada aproximação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por meio da junção com um país colaborativo com a instituição. Com o fim da URSS, a Ucrânia era classificada como a terceira maior potência nuclear do sistema internacional, herdando milhares de unidades de armamento nuclear que, até aquele momento, pertenciam a Moscou. A partir de então, opta por abdicar de sua própria capacidade de arsenal nuclear para alcançar um acordo internacional entre Estados Unidos,

Reino Unido e a própria Rússia, a fim de garantir a sua soberania e, conseqüentemente, sua sobrevivência. Seria este, pois, o Memorando de Budapeste, que haveria de envolver a potência ucraniana como signatária do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Por conseguinte, um questionamento geral é necessário para compreender o desdobramento do dilema de segurança entre os países estudados: por qual razão as potências mais influentes do Ocidente na época – Estado Unidos e Reino Unido – tanto insistiram na adesão da Ucrânia ao TNP? Ora, tendo sido a URSS uma ameaça existencial para o território americano e seus aliados, havia uma preocupação de que as armas nucleares soviéticas que foram deixadas em distintos países que compõem o Leste Europeu poderiam vir a ser utilizadas de forma perigosa ou até mesmo serem extraviadas, podendo trazer grandes riscos ao continente europeu. Em troca, a garantia do respeito à independência e soberania da Ucrânia por parte das potências preponderantes.

A problemática, contudo, mostra-se em grande parte doravante o descumprimento primacial do acordo pelo país russo, em 2014, onde tratar-se-á da contrariedade acerca da anexação da Criméia, no subtópico a seguir. Herz (1950) afirma que, quando os indivíduos tomam consciência da realidade do confronto gerada pelo dilema de segurança, eles reagem de formas diferentes entre si. Alguns se conformam com o cenário e agem de acordo com a sua natureza humana má, como foi o caso do ex-comandante militar do parlamento ucraniano – Volodymyr Tolubko – que previamente pressentia a ruptura do acordo e, assim, defendeu o argumento da imaturidade do país em se desnuclearizar integralmente para garantir a sua própria segurança (BBC, 2022).

Outros, porém, adentram na categoria que engloba a parte geral do comportamento dos seres humanos, onde relutam em reconhecer a força convincente do dilema do poder, ou em tirar conclusões que o poder “egoísta” está pronto a tirar (Herz, 1950). Analistas que acompanhavam o fenômeno afirmavam que, para o cenário de tensão entre os dois países não piorar e desenrolar-se em uma possível guerra, a Ucrânia deveria ter mantido seu arsenal nuclear, o que pode ser caracterizado como um conceito que teve seu marco introdutório com o advento da arma nuclear e se mostra fundamental para compreender o desenvolvimento do dilema de segurança na região: a dissuasão. Aron (1962), em sua obra, classifica-a como sendo uma manipulação do comportamento de outros por meio de ameaças condicionais, como o uso da violência, para dois fins distintos: a) negar o sucesso de uma empreitada inimiga – neste caso, da própria Rússia –; b) punir por uma potencial aventura, através da ameaça de retaliação.

Para além da classificação na esfera nuclear, conceitua-se, dentro dos estudos de Segurança Internacional, a dissuasão convencional, onde seus artefatos são mais factíveis de utilização. Carrega consigo a sua relevância porque conta com os cálculos políticos e racionais de se ir à guerra, para além da ideia de destruição mútua assegurada. “Os artefatos nucleares continuarão a desempenhar um papel relevante. Entretanto, a ‘inutilidade’ para fins de defesa tem contribuído para o aumento do desinteresse dos armamentos convencionais nos últimos anos.” (Mearsheimer, 1983, p. 13). Por conseguinte, a estratégia de dissuasão pela negação funciona através da imposição de custos à ação adversária, fazendo com que estes superem os benefícios do ato de força. Sendo, pois, a Ucrânia uma potência sem armamentos nucleares para o asseguramento da própria segurança, acaba por se tornar incapaz de aplicar os métodos da dissuasão para evitar conflitos posteriores.

Em 2008, dois acontecimentos são centrais para fomentar a análise empírica do fenômeno: a intervenção da Rússia na Geórgia e a aproximação da Ucrânia com a União Europeia. Este primeiro se mostra significativo em sua natureza conflituosa, onde a potência russa inicia seu processo de apoio a separatistas em regiões que buscam a independência da Ossétia do Sul e da Abkházia, resultando em um conflito carregado por ofensivas militares com a tentativa da Geórgia de recuperação do território e, também, na colaboração para que os países do Ocidente pudessem aplicar condenações à Rússia. O segundo, em seguimento, desencadeia um novo laço entre a nação ucraniana e a União Europeia que, posteriormente, resulta em um protesto nacional contra a retirada da Ucrânia das negociações com a organização, aumentando a tensão interna entre a população pró-Rússia e opositora e, também, entre países da região e, consecutivamente, do sistema.

Tais acontecimentos permeiam e caracterizam as principais ocorrências que englobam o início da análise do dilema de segurança com maior percepção no mundo. É necessário, pois, investigar e manifestar as correlações para compreender com resplandecência as causas e consequências que o conflito na região traz, em sua natureza de insegurança no tabuleiro internacional e, com isso, aplicá-lo em sua categoria, a fim de transparecer a lente teórica do fenômeno. Assessoram estes nas justificativas pelas quais a Rússia recorreu aos métodos tradicionais de se fazer uma guerra em um período tão multifacetado. No próximo subtópico, aprofundar-se-á na questão histórica do impasse territorial da região da Criméia e, por fim, seus impactos para a condescendência da instauração de um conflito em maior escala.

2.2 A anexação da Criméia

As intensificações do embate ressurgiram a partir de um momento de virada de jogo em nível doméstico, reputado por uma incompatibilidade entre a sociedade civil e o Estado. A Revolução de Maidan – mundialmente conhecida por ser um antecedente considerável à anexação que sugestionou a posterior invasão de 2022 – foi simbolizada pelos protestos pró-Rússia em Kiev contra a tomada de decisão do governo em retirar-se dos acordos de associação que envolviam a União Europeia. A tentativa era de ocasionar uma possível renúncia do então presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, que veio a fugir do país. Tal ocorrido obteve o seu papel coadjuvante no agravamento das relações Rússia-Ucrânia, em uma escala sistêmica e, também, doméstica – marcada pela colisão que permeava na população –. Inicia-se, então, a problemática da Criméia.

De acordo com Wheeler e Booth (1992), o que sustenta a estrutura do dilema de segurança é a realidade material dos armamentos. Para tanto, em 2014, os “homenzinhos verdes” (assim chamados os soldados russos não-identificados e disfarçados) invadiram instituições públicas da região após a resolução da Declaração de Independência da República da Criméia, que firmou sua independência oficial da nação ucraniana e, conseqüentemente, resultou na então Crise da Criméia. Tal feito colaborou para que os envolvidos requeressem um pedido de anexação à Rússia, assinado em março do mesmo ano, por uma justificativa para além do ideal ideológico. Se a segurança permanente entre os Estados é um meio inevitável para a sobrevivência no sistema anárquico (Wheeler; Booth, 1992), qual seria, pois, o pretexto defendido para a negação de uma possível junção que lhes garantiria a proteção diante de ameaças externas?

Efetivamente, o ocorrido não agradou a posição da Ucrânia, posicionando as peças do sistema em um contexto de estado de guerra que, segundo Hoffmann (1965), caracteriza-se como “uma competição de unidades no tipo de estado de natureza que não conhece outras restrições além daquelas impostas pelas necessidades variáveis do jogo e pelas conveniências superficiais dos jogadores” (Hoffmann, 1965, p. 7)⁵. Não obtendo o reconhecimento por Kiev, a Criméia fez parte integrante das medidas de interesse nacional pela Rússia, que se tornou cada vez mais uma ameaça para a antiga nação soviética. Assim, o dilema de segurança aplica-se, por conseguinte, em três dimensões distintas, a saber: a) o ponto de vista russo; b) a perspectiva ucraniana; c) a compreensão do sistema internacional.

⁵ *A competition of units in the kind of state of nature that knows no restraints other than those which the changing necessities of the game and the shallow conveniences of the players impose.*

Partindo da primeira dimensão, Herz (1951) coloca a posição do indivíduo no cenário internacional do dilema de segurança como um sujeito que constantemente busca mecanismos de fomentar a competição e o conflito por meios de segurança, como a força física – própria e de outrem, a ser tratada no próximo subtópico – e os bens essenciais para sustentar a vida humana, a exemplo dos alimentos. Tal é o ego que se amplia de uma forma que atinge a coletividade e, portanto, se existe uma ameaça a um grupo, há uma mobilização de seus membros para garantir sua defesa. Eis, isto posto, a forma como reagiu a potência russa. Em vista de toda a onda de aproximações com a União Europeia e com a OTAN, o país percebe-se em uma situação onde sua soberania e sobrevivência são, de certo modo, ameaçadas. Isto posto, justifica suas precauções violentas, que nada agrada aos opositores. A Criméia torna-se seu grande pano de fundo e, conseqüentemente, sua maior garantia.

Ao tratar da perspectiva ucraniana, pode-se interpretar a proximidade do país com as duas organizações internacionais acima mencionadas a partir do ponto de vista de Waltz (2010), que argumenta sobre o fator negativo do interesse comum: o medo de possíveis atos de outros Estados. A insegurança e a desconfiança são tamanhas que seria necessário contar com um auxílio externo capaz de efetivar a balança de poder contra a potência vizinha que ameaça sua própria existência. Não à toa o dilema de segurança conta com o acúmulo de poderio militar para a defesa intrínseca e, assim sendo, a Ucrânia pressupunha a demanda da garantia de seguridade que conjecturava ter ao assinar o Memorando de Budapeste e, dessa forma, abdicar de todo o seu armamento nuclear, que lhe garantiria o mínimo de segurança.

No que tange à percepção da comunidade internacional, Estados partícipes de alianças militares e instituições globais alertaram o governo russo de estarem desrespeitando as normas e regras internacionais que visam assegurar um sistema com sua devida estabilidade pacífica. A tomada de controle das regiões orientais da Ucrânia, Donetsk e Lugansk, colaborou para que houvesse um agravamento do cenário da conjuntura. Com isso, o sistema internacional sofre suas modificações e, portanto, adapta-se para o enfrentamento de uma nova fase do conflito, até então congelado, mas que logo haveria de desencadear outra ferida aberta. Posteriormente, 8 anos após a anexação da Criméia, a Rússia toma sua primeira ofensiva, a ser tratada a seguir.

2.3 O contexto da invasão à Ucrânia

Durante os anos de 2019 e 2020, as relações organizacionais com a Ucrânia se desenvolveram, condecorando o país como um parceiro de oportunidades aprimoradas da

OTAN, fazendo com que a nação se prontificasse a enviar tropas para o auxílio de missões da instituição, como foi o caso do Afeganistão e do Kosovo. Como retribuição, a potência ucraniana poderia usufruir de benefícios singulares, a exemplo de acessos a operações e programas específicos, e do apoio por parte dos aliados da organização em questões de segurança e defesa do país. Por outro lado, em 2021, a Rússia sugestionou um acordo com a OTAN que recomendava a possibilidade de salvaguardar um de seus grandes interesses nacionais: a neutralidade militar do território ucraniano. Em troca, o governo russo estaria desautorizado a concentrar mísseis em suas fronteiras.

Tudo muda, contudo, no ano de 2022, quando a Rússia infringe o acordo e edifica atividades militares na demarcação antes impedida. O presidente russo, Vladimir Putin, baseou a sua contribuição em um pretexto causal de estar, supostamente, impedindo que aconteça a adesão da Ucrânia à OTAN, que se opõe ao sistema da então antiga União Soviética. Ainda, acusou o governo ucraniano – sem provas concretas – de genocídio contra a população que vive nas regiões separatistas de Donetsk e Luhansk. Tais motivações, portanto, contribuíram para que o conflito colidisse, em 24 de fevereiro do mesmo ano. Mediante tal fenômeno, é importante questionar o quanto o desafiador cenário conflituoso prepara a comunidade internacional para enfrentar situações atípicas decorrentes das formas de ação no sistema e, conseqüentemente, o dilema de segurança.

A palavra “lema” remete, para Wheeler e Booth (1992), uma proposição que se assume ser válida. “Dilema”, portanto, seria uma situação que exija a escolha entre dois lemas. No caso da segurança, ambos seriam caracterizado por: a) *The problem of Other Minds* – isto é, a incapacidade de os tomadores de decisão terem plena convicção sobre as intenções de outros Estados; b) a ambiguidade das armas, que podem configurar a autoproteção e a intenção do ataque. Segundo os autores, o dilema de segurança seria determinado em dois níveis distintos. O dilema da interpretação, em primeira instância, trata da incapacidade de interpretar com certeza as intenções bélicas de outros, como é o caso da perspectiva de países com relação à Rússia, marcada pelo ceticismo e, muitas vezes, pelo medo, gerando uma necessidade da formação de alianças militares para possíveis repressões de controle. O outro nível, nomeado como o dilema da resposta, carrega consigo a questão da reafirmação ou dissuasão, anteriormente tratada (Wheeler; Booth, 1992, p. 4).

Caberia, portanto, analisar a distribuição de poder no sistema após a invasão russa em território ucraniano. Nogueira e Messari (2005), ao tratarem da análise teórica de Waltz, priorizam duas proporções da distribuição de poder: a) a distribuição bipolar, que é representada pela dominação de duas potências principais no sistema internacional; b) a

distribuição multipolar, constituída por duas ou mais nações com as mesmas características. Quem iria, à vista disso, confrontar a grande Rússia e garantir a balança de poder? Com a transposição militar das fronteiras ucranianas, restava recorrer ao auxílio da OTAN e da União Europeia. A chamada “operação militar especial” tomava lugar com a máscara do discurso russo de estar protegendo a população da região de Donbass, onde parte dos indivíduos mantinha sua etnia russa, devido ao período histórico. Começava, então, a ofensiva.

Três eram os principais objetivos analisados pelos observadores do conflito: a conquista e controle de Kiev, a tomada do leste da Ucrânia e a locomoção do governo ucraniano para a região oeste. Entretanto, as tropas russas encontraram dificuldades na aplicação de tais metas, ao se depararem com o armamento de poderio militar utilizado pelos ucranianos que previamente receberam de países do Ocidente global. Eis, portanto, a percepção de uma dupla ameaça no panorama: de um lado, a Ucrânia enxergando seu invasor como o principal perigo à sua existência; por outro, a Rússia enfrentando ameaças externas ao seu foco substancial de ataque. Dentro do dilema de segurança, ameaças geram mais capacidade de armamento bélico, vindo a intensificar as ofensivas da guerra.

O conceito mostra-se atuante na medida em que, a cada vez que os países investem em aumentar a sua segurança nacional, estende-se a necessidade de uma reação pela outra parte. A ideia de desafio estratégico (Wheeler; Booth, 1992) ativa a necessidade de apresentar uma resposta a uma ameaça real identificada pelo Estado. Surge, então, o ciclo vicioso dos dilemas de interpretação e resposta – um ator, diante do dilema da interpretação, enxerga a necessidade de tomar uma decisão, fazendo com que despertasse um dilema de resposta que, por sua vez, ativa o dilema de interpretação –, onde manifesta o levantamento do que os autores chamam de “paradoxo de segurança” – ou seja, a hostilidade gerada pela mútua percepção das ações como ameaças – como uma suposta consequência negativa do dilema de segurança. Com isso, a circunstância que molda a invasão russa de 2022 pode ser compreendida a partir de distintas dimensões dentro do conceito do dilema de segurança. A análise histórica foi essencial para fornecer uma capacidade explicativa do conflito e, conseqüentemente, terá sua suma relevância ao tratar dos impactos críticos do primeiro debate, em especial da consideração inerente ao realismo e, também, da aplicabilidade da concepção teórica, a serem tratadas na seção seguinte.

3 O DILEMA DE SEGURANÇA APLICADO AO CONFLITO ARMADO

3.1 Análise crítica do primeiro debate

Ao tratar de uma análise conceitual de um determinado fenômeno, é preciso que haja uma aplicação teórica para visualizar os componentes específicos que constituem o cenário a ser trabalhado, tal qual uma lente que, ao ser trocada por outra, apresenta detalhes antes inalcançáveis. Assim se dispõem as teorias de Relações Internacionais. Com a lente da teoria realista, foram observados os principais mecanismos que constituem-na, como é o caso da anarquia como principal modelo do sistema internacional e da sobrevivência como fim último das ações dos Estados, além da questão do poder como um elemento central e da balança de poder em uma posição de promoção do interesse nacional. Em contrapartida, uma teoria com relevância em larga escala subsiste no cenário mundial, com parte de seus princípios opostos aos conceitos realistas. Eis, portanto, o liberalismo.

Os internacionalistas liberais defendem que o argumento do dilema de segurança é insuficiente por vários motivos. Primordialmente, centra-se apenas nos aspectos militares de um conflito e não tem em conta outros fatores que podem contribuir para as tensões entre Estados. Além disso, o argumento não reconhece que os Estados podem levar a cabo ações agressivas não apenas por preocupações de segurança, mas por outras razões estratégicas, relacionadas com o regime ou baseadas na identidade. Ao assumir erradamente que os outros Estados representam sempre uma ameaça, o argumento pode alimentar uma profecia auto-realizável que inflama o medo e o nacionalismo e que acaba por se transformar num conflito (Walt, 2022b). Um exemplo da forma como este argumento afetou a política externa dos Estados Unidos em relação à Rússia foi a decisão de aumentar o financiamento das forças militares da OTAN na Europa, onde o país o reconheceu como uma ameaça militar direta. A jornalista Anne Applebaum reitera esta crítica da seguinte maneira: os realistas precisam avançar em algumas perspectivas, necessitando aprender a linguagem da democracia, que ainda é tão desconhecida. O dilema de segurança, por si só, não viria a se sustentar.

Mediante tal fenômeno, é importante questionar o quanto o desafiador cenário globalizado prepara os demais Estados para enfrentar situações atípicas decorrentes das formas de ação no sistema internacional. Um exemplo disso seria a própria questão dos armamentos bélicos utilizados durante o conflito. A Rússia é portadora de um dos maiores exércitos do globo, concentrando grande parte de seus investimentos em instrumentos militares que garantem a segurança do país – tal como é conhecido como *hard power* no

campo de Relações Internacionais –. Englobando seus estudos de *high politics*, sabe-se que assim o teria investimento para tal. Contudo, de que forma a Ucrânia teria sido beneficiada com seus equipamentos e recursos para se defender das invasões russas?

De acordo com Walt (2022a), existe uma grande complexidade do sistema internacional e, portanto, da sua necessidade de aplicar as teorias para averiguar a forma em como o mundo se encaminha. Ainda, explica que as teorias conseguem ajudar as pessoas que buscam resposta para os fenômenos que o sistema comporta, como é o caso do conflito entre Rússia e Ucrânia, ao alertar das possíveis oportunidades e potenciais falhas. Diante das correntes teóricas mais clássicas na área, o autor coloca, em primeira instância, a questão da perspectiva realista ter a sua relevância reafirmada dentro da política internacional. Com a inexistência de auxílio por parte das instituições que venham a proteger os Estados dentro do sistema internacional, tais atores estão posicionados em uma natureza de competição perpétua pela segurança e pelo poder. Para tanto, utilizando a lente do realismo, a invasão da Ucrânia pela Rússia coloca em prática a ideia de que as potências mais desenvolvidas agem, muitas vezes, de formas drásticas quando creem que sua segurança própria está sendo afetada, uma vez que a condenação moral não o impede de praticar tal ato.

Walt (2022a) segue tratando sobre conceitos relacionados à corrente realista, onde chega à uma conclusão um tanto quanto inesperada: a guerra fez silenciar a crença popular de que já não era mais algo a ser esperado na Europa – muito, também, pela convicção de que a presença da OTAN viria a criar uma espécie de zona de paz em expansão –. Olvidam-se, todavia, de que o sistema internacional não é aquilo que os Estados queiram que seja, mas é o que é. A realidade factual está muito distante das expectativas de um ideal panorama neste grande tabuleiro. Essa alegação refuta completamente a acusação de que o presidente russo Vladimir Putin seja o único culpado pela sua invasão provar que o alargamento da OTAN nada teve a ver com a sua própria decisão. Com tais argumentos, Walt (2022a) conclui que o realismo pode ser o melhor guia para entender a situação que o mundo enfrenta desde o ano passado, mas que dificilmente conta toda a história. Contudo, ao analisar as questões de percepções e cálculos errados, as teorias provenientes do realismo são menos úteis quando aplicadas ao caso, por possuírem a tendência a retratar os Estados como atores racionais que calculam os seus interesses com base na frieza. No tópico seguinte, abordar-se-á a temática acerca da relevância do realismo para analisar e interpretar os fenômenos conflituosos no sistema internacional.

3.2 A relevância da abordagem realista para explicar os atuais conflitos

Como desenvolvido anteriormente, a teoria realista conta com suas objeções por parte de outras análises do conflito e, ainda assim, mostra-se presente e eficaz em diversas análises. Importa salientar, por intermédio de uma abordagem teórica, qual seriam as causas que teriam levado a Rússia a invadir a Ucrânia. A finalidade de ter levado o conflito ao ponto de ser acusada de infringir todos os crimes internacionais previstos no Estatuto de Roma. Que qualidade essa afirmação possui? Afinal de contas, Mearsheimer (2014) explica que o conflito possui suas raízes em um contexto histórico que antecede ao acontecido em 2022 e, desde então, intensificou-se em uma crescente escala, como previamente analisado. Os líderes russos se opuseram ao crescimento gradual da OTAN não somente a partir do desejo da Ucrânia em adentrar como membro da instituição mencionada, mas desde meados da década de 90, como menciona o realista. Contudo, acaso seria o realismo a única teoria que pudesse explicar os fenômenos atuais de uma forma holística?

Apesar de argumentos que venham a contrapor os conceitos que compõem a perspectiva realista, é notório afirmar que o dilema de segurança se faz presente na conjuntura da região, desde o período do pós-Guerra Fria até o contexto da invasão à Ucrânia em 2022. Lebelem e Villa (2022) analisam as fortes pressões que surgiram em vista do desencadeamento da Guerra Rússia-Ucrânia, acatando a existência de um dilema de segurança sincrônico relacionado ao expansionismo da OTAN sobre as fronteiras russas e a crescente presença militar russa na fronteira com a Ucrânia. Tal dilema estaria sendo reforçado pelas dinâmicas territoriais e geopolíticas sistêmicas que contrariavam os interesses de atores com capacidade de ação global – em especial os Estados Unidos e a China – através de velhas e novas formas de expansionismo, desencadeando novas dinâmicas de guerra na Europa no pós-Guerra Fria.

A questão do duplo dilema de segurança sincrônico e as recíprocas ameaças russas-ucranianas (Lebelem; Villa, 2022) é marcada por dois argumentos que consolidam a responsabilidade do Ocidente e da OTAN pelo desencadeamento do conflito, sendo estes: a) temores na liderança russa sobre as verdadeiras intenções dos Estados Unidos e da União Europeia sobre as fronteiras russas, produzidos por meio do expansionismo contínuo da OTAN sobre as fronteiras da Rússia, ao incorporar na estrutura de sua organização ao menos 11 países do Leste europeu (dos quais a maior parte estava na área de influência do bloco soviético nos anos que ocorreram a Guerra Fria); b) o fornecimento de armas e de treinamento militar por parte da OTAN à Ucrânia como uma ameaça para o governo russo.

Edinger (2022), por sua vez, argumenta que a controvérsia gerada no sistema internacional veio a cercar explicações realistas sobre as causas da guerra da Rússia contra a Ucrânia, particularmente a acusação de Mearsheimer sobre a responsabilidade ocidental. O realismo, e mesmo a sua subescala ofensiva mais restrita, oferece uma ampla gama de interpretações contrastantes, dependendo dos principais atores estudados e das características de que são dotados. A fim de explicar alguns destes pressupostos sobre as ações por trás dos comportamentos dos Estados, investiga os principais componentes da teoria estrutural – incluindo diferenciais de poder, interesses ‘racionais’ e estados como atores unitários – e liga estes conceitos a emoções básicas como o medo e a raiva. Acaso poderiam os tomadores de decisões agir em meio à pressão global por meio de bons pressentimentos e comportamentos positivos? Um líder, sentindo-se ameaçado pela invasão ao seu país, propõe um cessar-fogo levado pela solução pacífica ou pelo medo de não sobreviver no sistema?

Tal é a razão pela qual o realismo mostra-se relevante nos dias atuais. Afirma Mearsheimer (2023), com muita clareza, que a teoria realista não explica tudo. Se o fizesse, não seria necessário, muito menos interessante, o prosseguimento em aplicar novas teorias para compreender as relações internacionais. Sem o liberalismo, como a teoria realista poderia preferir argumentos tão convictos de que o sistema é regido por um ambiente ceticista, e não cooperativo? Como esforçar-se-ia para encontrar uma solução aos pontos falhos de nações em condicionar as instituições ao longo dos anos? Ora, de fato, o realismo jamais seria capaz de desvendar e esclarecer todos os objetos incertos das relações internacionais. Porém, como diz Mearsheimer (2023), ele responde aos principais e grandes questionamentos do sistema internacional. O equilíbrio entre as partes teóricas que comportam conceitos significativos para observar o comportamento dos Estados é o que torna o realismo ainda mais expressivo em sua análise. Carr (1981) exemplifica, de forma cirúrgica, o primeiro debate como dois lados de uma mesma moeda. Ambos com defeitos, certamente, mas necessários em seus ângulos.

Em conclusão, o dilema de segurança possui suas características próprias que o conduzem a ser tratado a partir da visão realista. Todavia, Wheeler e Booth (1992) afirmam que tal conceito é necessário para ser observado a partir de todas as teorias de Relações Internacionais, uma vez que traz consigo uma grande margem de multiplicidade de aspectos que fundamentam o contexto de atuais conflitos. É, pois, de uma natureza tão universal que seria impossível descrevê-lo apenas utilizando-se de abstrações provenientes da teoria realista. Tal afirmação encaminha a um apanhado de questionamentos precisos: acaso o dilema de segurança seria imbatível? Haveria uma espécie de “solução” para o dilema de segurança?

3.3 Dilema de segurança: um conceito infalível?

Diante de toda a reflexão feita acerca do impacto do dilema de segurança na temática do conflito entre Rússia e Ucrânia, questiona-se a sua validade no sistema internacional e sua performance intrínseca a tantos fenômenos que ocorrem. É necessário, portanto, problematizar o próprio dilema de segurança para entender que a guerra é somente um dos parâmetros mais comuns de analisá-lo. Deve-se pensar para além dela. Tal percepção de cautela se mostra imprescindível em seu uso, pois o dilema de segurança carrega, em sua natureza, uma questão complexa. Complexidade esta que, ao considerar somente o poderio militar, acabar-se-ia por deixar de lado tantos outros aspectos que compõem toda a estrutura do conceito. Ora, a própria problemática entre Rússia e Ucrânia mostrou que os países sofrem para além do armamento bélico. Ambos possuem individualidades culturais, econômicas, sociais e políticas que colaboram para que o dilema de segurança seja tão presente em sua conjuntura. Pensá-lo para além do militarismo pode ser um desafio, mas é, ainda mais, um grande encorajamento.

A chamada “marcha da insensatez”, trazida por Tuchman (1996) levanta um dos maiores paradoxos humanos: a insistência dos governos em adotarem políticas contrárias aos próprios interesses. Quais seriam, portanto, as razões por trás do dilema de segurança que haveriam de coagir os Estados a tomarem decisões frente às ameaças externas? Por qual razão a Rússia deparou-se com tantas falhas em sua operação militar especial? Acaso somente o dilema de segurança poderia, de forma imbatível, explicar as causalidades na retaguarda das ações? São estes elementos que levam os estudiosos a pensar em reflexões maiores e mais complexas para esta temática. O dilema de segurança conta com efeitos negativos, de fato, que causam uma insegurança ainda maior entre os países envolvidos. Contudo, tem ele, também, o poder de surtir efeitos positivos no sistema – defendido por muitos autores – de evitar uma possível guerra. Haveria, portanto, uma solução para o dilema de segurança?

Certamente, são muitos questionamentos que compõem os estudos do grande universo da teoria de Relações Internacionais. A importância de compreender o conceito do dilema de segurança perante a Guerra Rússia-Ucrânia estabelece a implementação de uma base inicial que possa crescer e se expandir em estatura e grandeza do conhecimento. Acaso importam mais as respostas do que as próprias dúvidas? Limitar o dilema de segurança a um eixo específico permite que o fenômeno do conflito seja interpretado com uma lente mais

aprofundada. Ampliá-lo para mais possibilidades de aplicação torna a sua complexidade tão maior e, ainda assim, tão mais estimulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a discussão aqui estabelecida sobre o impacto do conceito realista do dilema de segurança em fornecer uma capacidade explicativa para a compreensão do conflito entre Rússia e Ucrânia, algumas conclusões foram pautadas, a fim de aprofundar o incentivo aos estudos acerca da discussão gerada. Em primeira análise, é de suma importância reconhecer o realismo como uma teoria de grande escopo para abordagens que envolvem conflitos, desde a sua concepção fundamental no período da Segunda Guerra Mundial. Foram mencionados princípios básicos que compõem a pesquisa da problemática do dilema de segurança que envolve a Rússia e a Ucrânia. Singularidades como o Estado-nação centralizado na estrutura anárquica das relações internacionais em seu nível sistêmico e a segurança e sobrevivência como um percurso para o fim último das ações de tais atores são fatores imprescindíveis para analisar a própria causa da sensibilidade do dilema de segurança, que, por sua vez, traça uma conjuntura ceticista no cenário internacional.

Sucessivamente, foram levantados os elementos empíricos que compreendem a circunstância do desenrolar do conflito entre os países envolvidos. O pós-Guerra Fria retratou, em seus múltiplos episódios internos, o crescimento da instabilidade na região e, conseqüentemente, do dilema de segurança. Para além dos governos russos e ucranianos, surgiram, também, outras interferências externas que, em seguimento, colaboraram para o agravamento da situação. As zonas de conflito congelado mostram-se como um perfeito assentamento para o surgimento de novos embates, como é o caso do contexto histórico da anexação da Criméia – por meio da Revolução de Maidan – que, posteriormente, resultou em uma crise. Por fim, a partir de 2019, as aproximações da Ucrânia com a OTAN resultaram em uma resposta operacional do governo russo que, como efeito, resultou na guerra.

Em conclusão, fez-se uma análise crítica do primeiro debate de Relações Internacionais, enfatizando a grande importância da utilização teórica da abordagem realista para explicar conceitos atuais no sistema. Ainda que não justifique todas as ações presentes, o realismo responde aos principais questionamentos contemporâneos acerca do funcionamento de atores e conjunturas neste grande tabuleiro internacional. Com isso, dentro dos moldes da teoria, questiona-se a própria validade do conceito estudado ao longo desta pesquisa. Acaso o dilema de segurança seria imbatível? Neste caso, as perguntas demonstram mais importância

do que as próprias respostas. Os questionamentos gerados ao longo deste presente artigo visam incentivar o desdobramento de possíveis estudos acerca do aprofundamento do tema. Pensar no dilema de segurança, afinal, é pensar para além de uma perspectiva única.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 2002.

BRAUN, Julia. Por que Ucrânia abriu mão de arsenal nuclear nos anos 1990. **BBC News. São Paulo**, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60532668>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise 1919-1939**: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: UnB; IPRI, 1981.

CONANT, Eve. Linha do tempo mostra os 30 anos de luta pela independência da Ucrânia. **National Geographic Brasil**, [S. l.], 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/03/linha-do-tempo-mostra-os-30-anos-de-luta-pela-independencia-da-ucrania>. Acesso em: 28 abr. 2024.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, [S. l.], v. 2, n. 2, 1950.

HERZ, John H. **Political Realism and political idealism**: a study in theories and realities. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Oxford: Blackwell, 1946.

HOFFMANN, S. **The State of War**: Essays in the theory and practice of international politics. New York: Praeger; Toronto: Burns & Mac-Eachern, 1965.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

LEBELEM, Cristiane; VILLA, Rafael Duarte. A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional. **CEBRI-Revista**: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 3, p. 112-136, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/56/72> . Acesso em: 20 abr. 2024.

JOHN Mearsheimer: Israel-Palestine, Russia-Ukraine, China, NATO, and WW3 | Lex Fridman Podcast #401. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (X min.). Publicado pelo canal Lex Fridman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r4wLXNydzeY>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. New York: Cornell University Press, 1983.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta por poder e paz**. Brasília: UnB, 2002.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HELAL FILHO, William. O referendo que consolidou independência, apoiada por 92% da população. **O Globo**, [S. l.], fev. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ucrania-o-referendo-que-consolidou-independencia-apoiada-por-92-da-populacao.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TUCHMAN, Barbara W. **A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã**. [S. l.]: Editora Best Seller, 1996;

VASQUEZ, J. **Classics of International Relations**: Upper Saddle River, Prentice-Hall, 3. ed. [S. l.]: Pearson, 1996.

WALT, Stephen. An International Relations Theory Guide to the War in Ukraine. **Foreign Policy**, [S. l.], mar. [2022a].

WALT, Stephen. Liberal Illusions Caused the Ukraine Crisis: the greatest tragedy about Russia's potential invasion is how easily it could have been avoided. **Foreign Policy Analysis**, [S. l.], jan. [2022b].

WALT, Stephen. **Revolution and war**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Tradução de Francisco de Oliveira. 3. ed. New York: Random House, 2010.

WEBER, Max . **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: UnB, 2012. v. 2.

WHEELER, Nicholas; BOOTH, Ken. The security dilemma. *In*: BAYLIS, J.; RENGGER, N. **Dilemmas of world politics**. Oxford University Press, 1992. p. 29-60.